

A GEOGRAFIA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA PRODUÇÃO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS ¹

Evelin Cunha BIONDO

Licenciada e mestre em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS
Professora do Instituto Federal Catarinense – IFC – Câmpus Concórdia
evelinb@gmail.com

Resumo

A questão ambiental emersa no último século com sua complexidade, como problemática contemporânea, marca um ponto na história em que se esvaem suportes ideológicos e certezas que geraram os paradigmas científicos do conhecimento trazidos pelo progresso da modernidade. Uma das possibilidades de se perceber essa questão é aceitar a problemática ambiental como produto de nossa civilização, compreendendo-a, sobretudo, como questão ética, filosófica e política. Dentre estas conexões entre o ambiental e o educacional estão as leituras proporcionadas a partir da educação ambiental. Assim, buscamos uma análise espacial que auxilie a discussão da temática, evidenciando a produção teórica geográfica capaz de dialogar e relacionar a educação e o ambiente. O objetivo deste artigo é, portanto, por meio das leituras empreendidas a partir da produção da ciência geográfica, analisar como a Geografia brasileira tem abordado a educação ambiental, subsidiando as reflexões acerca da Geografia como produtora ou não de educação ambiental, possíveis singularidades e implicações da educação ambiental nesta ciência. Para tanto, delimitamos formas de produção e divulgação de pesquisas, sendo elas os periódicos da Geografia, teses e dissertações realizadas em Programas de Pós-graduação em Geografia. O procedimento analítico desses materiais iniciou-se através de aproximação com metodologias como a análise de conteúdo, porém procuramos pontos de tessituras - pistas que pudessem localizar elementos que consideramos fundamentais na relação educação, ambiente e Geografia. Queremos evidenciar a análise proposta a partir de narrativas descritivas e explicativas que podem conter encadeamentos complexos. A diferença está, primordialmente, em compreender a análise como o embate entre o discurso/ narrativa do autor/texto em questão e os do sujeito que está procedendo a análise, balizados pelos seus objetivos e no referencial teórico adotado. É, portanto, a construção de uma narrativa comum (mesmo que contraditória) entre autores/pesquisas. Os resultados das análises foram dispostos, então, em dois quadros analíticos : o primeiro, referente aos artigos científicos; e o segundo, abordando teses e

1 Artigo desenvolvido a partir da dissertação de Biondo (2012), realizada sob a orientação da Professora Doutora Dirce Maria Antunes Suertegaray.

dissertações. Já a relação destes textos com a educação ambiental comporta duas situações bem diferenciadas: não há preocupação com a educação ambiental; e há a preocupação com a educação ambiental, subdividindo-se ainda em presença de inter-relação entre o objeto da pesquisa e a educação ambiental e aqueles em que objeto da pesquisa é a educação ambiental. A partir das temáticas e dos espaços das pesquisas foi possível encontrar um referencial teórico-metodológico em conjunto. Consideramos que a relação entre educação ambiental e o espaço ainda é difusa, porém foi possível encontrarmos tentativas de aproximações destas temáticas. A prática mais presente foi o uso de referências geográficas para complementar ou basear os debates, inclusive dentro da educação ambiental. O debate geográfico que incorpora uma possível lógica espacial é vago e diminuto, porém, isso não impede que se trabalhe com alguns conceitos operacionais do espaço. Para o debate sobre o espaço, podemos encontrar, *a priori*, as seguintes possibilidades: educação ambiental gera diferentes relações com o espaço através da produção da transformação (social); Espaço (receptáculo) da educação ambiental; e Educação ambiental e a relação espacial através dos conceitos operacionais da Geografia.

Palavras-chave: Geografia brasileira; Educação ambiental; Espaço geográfico.

Introdução

Primeiramente, é necessário clarificar que alguns pressupostos básicos para o desenvolvimento das possibilidades investigativas aqui desenvolvidas foram realizados através do paradigma da complexidade dentro de um fazer científico, a partir da leitura de Edgar Morin. Considera-se que a articulação dá-se fundamentalmente a partir de três princípios do paradigma da complexidade: a dialogicidade, a recursão organizacional e o princípio hologramático. Princípios estes que são, ao mesmo tempo, complementares e interdependentes, e que, na Geografia, podem elucidar a relação fragmentação-espacialidade. Assumindo-o como balizador para a nossa análise, é necessário delimitar o conjunto de trabalhos que serão, em parte, objetos deste artigo.

Nesta decisão refletem-se alguns marcos metodológicos e conceituais. Selecionar, mesmo que por alguns critérios definidos, é evidenciar o olhar de um sujeito sobre outro (sujeito, pensar, etc.). É previamente aceitar que a seleção não comportará a universalidade de possibilidades e discursos, mas será representada através deste recorte. Para a complexidade, esta batalha é intermediada pelo princípio hologramático.

Nossas perguntas aqui terão suas reflexões realizadas a partir dos referenciais teóricos e de

um levantamento bibliográfico da produção de teses, dissertações e de artigos em periódicos. O objetivo deste texto é, portanto, por meio das leituras empreendidas a partir da produção da ciência geográfica (através de teses, dissertações e artigos) analisar como a geografia brasileira tem abordado a educação ambiental, subsidiando assim as reflexões acerca da Geografia como produtora ou não de educação ambiental, possíveis singularidades e implicações da educação ambiental nesta ciência. Para isso, delimitamos formas de produção e divulgação de pesquisas geográficas. Seleccionamos então duas formas que subsidiarão as análises: periódicos da Geografia e teses e dissertações realizadas em Programas de Pós-graduação em Geografia.

A Geografia brasileira na relação com a educação ambiental: produção de teses, dissertações e artigos científicos

A construção de um levantamento bibliográfico é permeada por inúmeras decisões, todas elas pautadas pelas decisões do pesquisador. Assim, o resultado de deste constitui uma dentre as múltiplas versões possíveis sobre o tema pesquisado. Sua escolha está inevitavelmente atrelada ao cotidiano de pesquisa (de todas levantadas), uma vez que as práticas em que uma pessoa poderia se engajar são numerosas e contraditórias, ou ainda “a mesma pergunta feita a pessoas com diferentes, às vezes radicalmente diferentes, leituras de mundo, não pode ter a mesma resposta.” (FREIRE, 2001, p. 53)

Evidentemente, não se quer descrever todas as possibilidades de leituras e relações que se articulam a partir de um discurso. É novamente, confundir que a complexidade deveria abarcar a totalidade de relações. Em dado momento, será necessário delimitar no conjunto escolhido, após as análises, em um novo/diferente marco conceitual.

Para isso, a ideia não é pensar um estado da arte, em sentido estrito, da produção da pós-graduação brasileira na Geografia que aborde a temática da educação ambiental, visto que temos algumas perguntas específicas e este levantamento será utilizado como uma das possibilidades de respostas. Não queremos apontar onde a produção está concentrada, sua quantidade e mudanças de perspectivas ao longo dos anos. Até mesmo porque foi realizado um recorte. O que fizemos, com o auxílio de critérios estabelecidos foi, selecionar materiais para a análise. Contudo, há de se destacar que compreensões de pesquisas sobre o estado da arte como “uma exposição sobre o nível de conhecimento e desenvolvimento de um campo ou questão” (SPINK *apud* REIGOTA, 2007, p. 35) são de extrema valia para alguns apontamentos aqui apresentados. A influência fica mais evidente em

como organizamos a análise, que se dá a partir da subdivisão em categorias de análise, que ajudarão a pensar as questões estabelecidas.

O procedimento analítico desses materiais iniciou-se através de aproximação de metodologias como a análise de conteúdo, porém procuramos pontos de tessituras, ou seja, pistas que pudessem localizar elementos que consideramos fundamentais na relação educação, ambiente e geografia. Para isso, optou-se por apresentar as citações diretas, analisando-as e estabelecendo conexões na coluna **pontos de tessituras**. Com isso, queremos trazer as contribuições do paradigma da complexidade, sendo esta palavra compreendida como aquilo que é tecido junto. Ou seja, queremos evidenciar a análise proposta a partir de narrativas descritivas e explicativas que podem conter encadeamentos complexos.

A diferença está, primordialmente, em compreender a coluna de análise como o embate entre o discurso/ narrativa do autor/ texto em questão e os discursos/ narrativas apresentados pelo sujeito que está procedendo a análise, balizados pelos seus objetivos e baseados no referencial teórico adotado. É, portanto, a construção de uma narrativa comum (mesmo que contraditórias) entre autores/ pesquisas. Esses pontos comportam também análises conflituosas, pois a dialógica sustenta e evidencia tal contradição. Ao mesmo tempo, estes embates e narrativas comuns devem ser delimitados no devir da análise, isto porque a proposta (para além de incorporar o inesperado) era confrontar a produção do outro sujeito com a nova análise a partir dos dados fornecidos pelas pesquisas / trabalhos já finalizados.

Vale ressaltar que nem todos os agrupamentos gerados por esta metodologia de análise foram aproveitados textualmente neste artigo. Estranha e complexamente, a análise isolada das tabelas pode ser compreendida como aquela que comporta mais análises e significados e, ao mesmo tempo, mais rasa e superficial quando analisada em conjunto. O que queremos evidenciar é que a análise individual dos textos a partir desta metodologia de embate abarca mais questões e tópicos do que consegue-se analisar, e que esta também é mais interessante à medida que encontra no conjunto embates e perspectivas comuns. Ainda assim, tais análises foram empreendidas e mesmo não constando diretamente no texto, fizeram-se fundamentais para a configuração final deste texto. Os resultados das análises foram dispostos em duas tabelas, uma referente ao quadro analítico dos artigos científicos; e a outra aborda o quadro analítico das teses e dissertações.

Delimitando a análise: procedimentos metodológicos para a seleção artigos científicos

Uma forma de pensar a geografia brasileira na relação com a educação ambiental refere-se à divulgação de artigos científicos em periódicos. Esta escolha deu-se em função de cremos que além da circulação e aceitação destas revistas e boletins como lócus de divulgação da ciência geográfica, está a sua atual difusão facilitada pela incorporação das revistas impressas nas bases digitais de pesquisas. Ideia corroborada em Suertegaray (2007, p. s/n) quando afirma que

No que se refere à produção e os veículos de divulgação da pesquisa geográfica cabe dizer que a área valoriza três veículos na difusão do conhecimento geográfico, os periódicos, os anais de eventos e os livros. Estes são significativamente importantes para a área das humanidades e se revelam fundamentais na divulgação do conhecimento geográfico. (...) Destaca-se, ainda, a produção mais atual de revistas eletrônicas. Esta ampliação de revistas nessa modalidade poderá indicar para um futuro em curto prazo uma mudança do perfil de difusão do conhecimento geográfico.

A seleção dos periódicos para esta análise teve as seguintes preocupações:

A) Periódico deve pertencer à área da Geografia.

B) Não ser temático.

C) A qualificação do periódico estabelecida pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, selecionando-se aqueles com Qualis superior a B1.

D) Estar disponível em uma base digital de pesquisa.

Adotamos o primeiro critério, pois é objetivo deste artigo pensar como a Geografia produz a Educação Ambiental. Sabemos que muitos dos periódicos de áreas afins à Geografia, como a Educação, trazem artigos de geógrafos. Porém, compreendemos que estes periódicos também conformam a Geografia e refletem interesses específicos a este campo do conhecimento.

Descartamos aqueles periódicos de abrangência temática, visto que poderíamos concentrar as análises somente em uma das muitas subáreas da Geografia. Já, sobre o Qualis da CAPES, compreende-se que quanto maior a qualificação estabelecida, maior também é a sua aceitação e conhecimento na Geografia. Aliado a isto, pensamos que a mudança alertada por Suertegaray já se faz presente, visto que um dos critérios na escolha dos periódicos para esta análise foi justamente a sua disponibilização em uma das bases digitais de pesquisa.

Sabemos que com estes critérios possivelmente excluímos boa parte da produção geográfica brasileira, correndo o risco, inclusive, de relegar grandes e novos centros de produção do conhecimento, que poderiam estabelecer diferentes análises, muitas, talvez, contrárias das que se estabelecerão aqui. Com isso se quer evidenciar que os resultados desta análise são frutos das mutilações estabelecidas. Vale ressaltar que, para além dos critérios escolhidos, há a importância de

certa forma histórica dessas revistas, como a Terra Livre, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, com publicação desde 1986.

A partir desses critérios chegaram-se aos seguintes periódicos: Revista de Estudos Avançados, Revista Geografia, Geographia, Geosp, Geosul, Mercator, Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege, Terra Livre.

Não é objetivo do texto estabelecer percentuais de trabalhos relacionados ao objeto da pesquisa, com o total de artigos publicados. O enfoque será, de certa maneira, qualitativo em relação aos conteúdos abordados. Contudo, pode-se observar que dentro do imenso universo de artigos, notas e resenhas disponíveis nessas publicações, poucos versavam já no título sobre educação ambiental. A maioria dos textos apresentava uma única citação de educação ambiental.

Não foi possível constatar artigos ou citações nas revistas Terra Livre e Geosp. A busca na revista Geographia retornou um artigo. Porém a citação dava-se nas referências bibliográficas e o artigo foi descartado. Na Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege - é possível encontrar um artigo como resultado, porém ao lê-lo não foi possível localizar a citação e, da mesma forma, não será utilizado como referência. Já, nas revistas de Estudos Avançados, Geografia (Rio Claro), Geosul e Mercator, haviam artigos com citações, encaixando o tema abordado com a educação ambiental, na maioria das vezes de forma isolada, bem como outros tinham como objeto do artigo a educação ambiental.

Delimitando a análise: procedimentos metodológicos para a seleção de teses e dissertações

A segunda forma de pensar como a geografia acadêmica brasileira produz educação ambiental refere-se à realização de pesquisas científicas através da pós-graduação, nesse critério, especificamente, através de dissertações e teses. Apesar das críticas que seu fazer é distante das práticas cotidianas docentes, Suertegaray (2005) acredita que é neste nível que se dá a inter-relação entre pesquisa e ensino.

A seleção das teses e dissertações teve as seguintes preocupações como critérios:

A) Desenvolvida e apresentada em Programa de Pós-graduação em Geografia, independentemente da área de concentração, com conceito igual ou superior a 5 na avaliação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

B) Estar disponível na base digital de pesquisa “banco de teses” da CAPES.

C) Possuir versão eletrônica.

O primeiro critério foi adotado pois é objetivo pensar como a Geografia produz a Educação Ambiental. Sabemos que muitas pesquisas são desenvolvidas em programas de pós-graduação correlatos à Geografia (Educação, Geociências, Ciências da natureza, etc.) e trazem importantes contribuições. Porém, compreendemos que os Programas de Pós-graduação em Geografia conformam a Geografia e refletem interesses específicos a este campo do conhecimento. Além disso, seria inviável neste momento ampliar a busca e, conseqüentemente, a análise destes trabalhos, tanto devido ao tempo e a necessidade de finalizar a pesquisa, como à dificuldade em operacionalizar qualquer análise.

Sobre a escolha de Programas de Pós-graduação a partir da avaliação da CAPES, compreende-se que, apesar de conter critérios avaliativos de certa forma distorcidos e arbitrários, o quadro que esta classificação estabelece delinea e evidencia práticas acadêmicas. É válido ressaltar que não se deve confundir com excelência em pesquisa, pois emergem boas análises de diversos centros.

A presença de referência bibliográfica e resumo no banco de teses da CAPES foi de fundamental importância, visto que nem todos os Programas de Pós-graduação mantêm listagens atualizadas de sua produção e/ou as disponibilizam em seus sítios eletrônicos. Além disso, este banco de dados permite refinar a pesquisa de acordo com os critérios definidos. Desta busca, encontraram-se inúmeros registros, muitos deles descartados frente ao último critério adotado: trabalho com versão eletrônica.

Com isso, chegou-se aos seguintes Programas de Pós-Graduação: Universidade de São Paulo – USP/ Geografia Física; Universidade de São Paulo – USP/ Geografia Humana; Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Unesp/ Presidente Prudente; Universidade Federal de Uberlândia- UFU; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Universidade Federal de Goiás - UFG; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Universidade Federal Fluminense - UFF.

Não foi possível encontrar teses e dissertações em versão digital dos Programas de Pós-graduação em Geografia da UFF e UFRJ. Além do que é observável que as pesquisas selecionadas datam entre 2001 e 2010, período em que a maioria dos Programas e Universidades começaram a utilizar o sistema digital. Vale lembrar que não há a obrigatoriedade em todos os Programas de Pós-graduação de disponibilização das teses e dissertações em repositórios digitais.

O Processo de análise: considerações “sobre” e “da” educação ambiental na geografia

Valemo-nos da reflexão de Orlandi (1996) ao perceber que há nítida separação no conjunto de trabalhos. Afirma que os textos são sempre **sobre** educação ambiental (EA) e só um pouco **de**. Porém, isso não quer dizer haja textos puramente sobre EA. Contudo, não vemos demérito na produção sobre educação ambiental, principalmente aqueles trabalhos que conseguem avançar propositivamente, tanto em práticas como em abordagens teórico-metodológicas .

É necessário explicitar qual é a relação dos textos com a educação ambiental. Aqui, faremos duas grandes divisões que deverão se subdividir posteriormente, visto que há claramente duas situações bem diferenciadas nos textos analisados:

A) Não há preocupação (explícita/ implícita) com a educação ambiental – Na amostra coletada, boa parte dos textos apenas tangencia a educação ambiental, apresentado-a como sugestão e solução dos problemas desenvolvidos nas pesquisas, afirmando a necessidade e urgência da educação ambiental em suas áreas/temas de estudo, bem como há a associação do recurso- educação ambiental como metodologia e atividade para chegar a tal solução. Estas teses, dissertações e artigos não têm a educação ambiental como objeto de seu texto bem como tais propostas são, normalmente, apresentadas em capítulos finais, justamente para dar a ideia de que uma das conclusões da pesquisa é a emergência da educação ambiental. Há, em muitos casos, a associação com o turismo e o ecoturismo, salientando a relação legalista que é estabelecida na legislação brasileira dentro de Unidades de Conservação. Não existe preocupação em delimitar teoricamente a educação ambiental sugerida. É possível, nesses casos, retomar-se as metáforas anteriormente trabalhadas como falsos consensos², principalmente aqueles conectados com o significado único da educação ambiental e com a aceitabilidade desta. Pode-se afirmar ainda que não se evidencia embate de propostas e correntes teóricas. Ao mesmo tempo, o consenso sobre a aceitabilidade é validado, já que, após estudos, chega-se a conclusão da “óbvia necessidade” de educação. Esta situação foi mais presente nos artigos analisados.

B) Há a preocupação com a educação ambiental – neste caso a preocupação é com um debate teórico-metodológico para fortalecimento da educação ambiental. Aqui, podem-se subdividir os trabalhos em novos dois grupos:

a. Inter-relação entre o objeto da pesquisa e a educação ambiental – nestes casos o debate acerca da educação ambiental aparece a partir da discussão do objeto principal da pesquisa, há ainda, certa preocupação com os limites teórico- metodológicos da educação ambiental e de seu

2 Vide Biondo (2012).

objeto.

b. O objeto da pesquisa é a educação ambiental – aqui as temáticas são desenvolvidas a partir da educação ambiental. Há grande valorização teórica do debate sobre o tema, muitas vezes resultando em levantamentos sobre os processos de institucionalização da educação ambiental a partir de conferências e tratados.

Vale ressaltar ainda que apesar de agrupados momentaneamente, estes apresentam características diferenciadas, incluindo vozes dissonantes dentro dos debates de educação ambiental. Esforços já foram empreendidos para qualificar e (re) conhecer a educação ambiental brasileira, ou ainda, para qualificar quem são os sujeitos que partilham da educação ambiental. Contudo, nos textos analisados poucos foram os trabalhos que recorreram a especificações. Há de se destacar o emprego dos termos: educação ambiental popular para propor transformações das relações sociais injustas a partir das lutas populares na contraposição a uma educação ambiental surgida nos países centrais preocupados com a falência da economia capitalista; educação sanitária e ambiental ao trabalhar com manguezais como espaço a ser utilizado também para a educação ambiental; e educomunicação socioambiental ao discutir e problematizar a educação ambiental e o uso de tecnologias da informação.

Atribuímos a utilização desse recurso somente em três pesquisas não pelo descaso em qualificar-se a qual educação ambiental recorre-se. Incrivelmente, os trabalhos que tentam apresentar educações ambientais e suas definições propõem estes limites não pela requalificação do termo, mas sim, pelos seus possíveis usos e esforços teórico-metodológicos. A parcela que prefere delimitar teoricamente a educação ambiental trabalhada defende não um conceito único e estanque de educação ambiental, mas sim, apontam para uma compreensão ampliada, sendo que diversas pesquisas a apontam como polissêmica. Definem princípios e características em que é possível enquadrar as suas educações ambientais, como interdisciplinar, popular, provocadora de rupturas e novos saberes, etc.

Contextos e abordagens teórico-metodológicos

Sobre os fundamentos teórico-metodológicos encontrados dentro dos materiais analisados pode-se inferir que estes são diversos e há alguns recorrentes. Contudo, a ausência deste debate é o mais marcante. Descreve-se uma metodologia da pesquisa, mas não há a entrega a um debate de concepções epistemológicas da educação ambiental, com poucas referências explícitas. É possível encontrar perspectivas da educação ambiental enquanto categoria analítica, da necessidade da

pesquisa-ação como metodologia, equacionando problemas sociais e ambientais, uma defesa do método estudo do meio e a construção lógica do método materialista histórico como uma possibilidade teórica de interpretação das realidades educacional e ambiental.

Contudo, a maior quantidade de referências contextuais para a educação ambiental é aquela que se propõe interdisciplinar/ transdisciplinar. Com mais referências explícitas, incluindo uma preocupação em fundamentar o porquê dessa escolha. Este ponto merece atenção, visto que foi apontado como um dos possíveis falsos consensos da educação ambiental. Nas diferentes pesquisas foi possível encontrar as seguintes propostas: a integração disciplinar como pressuposto epistemológico para a EA; enfoque interdisciplinar e transdisciplinar; interdisciplinaridade é inerente a educação ambiental; interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade como possibilidade de inserção da EA nos currículos escolares; a educação ambiental como interdisciplinar e integradora capaz de superar a fragmentação dos sujeitos; a EA tende a superar a excessiva especialização disciplinar, promove a inserção das diferentes disciplinas e abordagens teóricas, e a compreensão do saber plural, interdisciplinar e transdisciplinar, porém não questiona o discurso científico; ou ainda, por fim, uma dissertação indica que a fragmentação do saber não se extingue com a interdisciplinaridade. Essas vozes são dissonantes ao evidenciarem o falso consenso de conectividade interdisciplinar redimindo fragmentos do conhecimento. Vale ressaltar que diversos trabalhos apontam a EA não somente como disciplinar/não disciplinar, mas sim enquanto superação da perspectiva fragmentária da sociedade, e, portanto, também dos sujeitos.

Outro ponto levantado comumente na relação com a educação ambiental é a questão relacionada aos valores, considerados tanto do ponto de vista ético, moral e até mesmo estético. Este último merece atenção, já que em algumas perspectivas “a natureza é bela” - é de certa usualidade achar que o belo é aquele esteticamente perfeito, em uma visão sanitarista extremada, o local com “lixo” é atrelado à imagem de feio/sujo – há de se lembrar as relações sociais estabelecidas nos galpões de reciclagem e as vidas que se atrelam a eles – ou ainda determinados biomas merecem mais comoção que outros visto que há exuberância biológica (nesse caso, além de biodiversa, ser visualmente diferenciada), daí também advêm às concepções de beleza cênica em que se fundamentaram boa parte da criação de unidades de conservação. Notamos que aqueles trabalhos que “receitam” a educação ambiental para o ecoturismo, na maioria das vezes, ao exaltarem os valores estéticos da natureza, defendem que a beleza desta deve ser preservada. Porém, nesses casos, não como estética em si, mas como possibilidade viabilizadora (eco)turística.

A ideia de ética pode aparecer entrelaçada com normas que controlam a relação sociedade-

natureza. Daí advém a perspectiva que encontra a educação ambiental como àquela capaz de efetivar transformações no ambiente a partir de certas atitudes corretas. Conscientização, mudanças de hábitos e valores, “ensinar pensar certo”, comportamentos de conservação, adoção de ações e intervenções “politicamente corretas” foram termos encontrados nos artigos, teses e dissertações que, dentro de seu contexto, sugerem medidas em curto prazo, mitigadoras de enchentes, deslizamentos, escorregamentos, ou ainda, mudanças a depender do “nível de educação ambiental” presente nos sujeitos. Esta concepção sobre educação ambiental está atrelada a compreensão da educação ambiental enquanto solução, sugestão, metodologia e atividade e pode ser associada com o que se configura como um “adestramento ambiental” (BRÜGGER, 1999).

Para atingir esta ética, determinados valores são atribuídos a educação ambiental. Nesses casos, a educação ambiental aparece, portanto, enquanto regra de uso do espaço. Trata-se de um caráter normativo que ele assume, ou seja, é a partir da educação ambiental que se poderá ditar regras e ações para o agir do sujeito no espaço. A educação ambiental surge, então, com um tom imperativo, e, para esses autores, há evidente necessidade da educação ambiental. Novamente, privilegia-se comportamento. Vale ressaltar que, apesar de serem, de certa forma, normativos, não se evidencia um moralismo. O receio é de que haja a substituição da reflexão pela conscientização. Porém, não é porque estes termos aparecem nos textos que tem uma compreensão limitada. Além disso, os valores estéticos são ressaltados nas abordagens ecoturísticas, ou ainda, naquelas unidades de conservação em que a educação ambiental aparece mais como exigência legal do que a partir de uma perspectiva política. Há ainda um trabalho que relaciona crescimento populacional, baixo nível (cultural, socioeconômico) com pouca consciência ecológica, chegando, nesse caso, a ser extremamente preconceituoso. É perceptível que muitas das pesquisas analisadas reforçam estas concepções, na maioria das vezes apresentam despreocupação com os limites teóricos da educação ambiental.

Nos trabalhos que demonstram certa preocupação teórico-metodológica com a educação ambiental é recorrente elencar a característica política da EA. Normalmente apoiam-se em Reigota (1999a) e Porto-Gonçalves (2006) para suas argumentações e são usualmente compreendidas em sentido amplo. Há ainda a incorporação desse debate durante o desenvolvimento textual. Preocupam-se em debater a educação popular, inserção de catadores, professores, etc. Enfim, verifica-se um ganho teórico nessas pesquisas, já que superam duas perspectivas: a de um caráter político para além do partidarismo; a do caráter político para além da responsabilização do indivíduo, do privado. Fogem, na maioria dos casos do falso consenso apontado, aquele referente à responsabilidade igualitária dos danos. Alguns textos ainda elencam a participação cidadã como reivindicação política da educação

ambiental, linha bem tênue que pode ser ultrapassada e cair em uma imobilidade, acenando uma catástrofe pela negação (perspectiva que orienta a “não fazer tal coisa”).

Os temas debatidos a partir ou com relação à educação ambiental são: proteção e conservação de unidades de conservação, reciclagem de resíduos, ecoturismo, movimentos de massa, desenvolvimento sustentável em áreas urbanas; paisagem urbano-florestal, educação (ambiental) popular, abordagem teórico- metodológica em EA, tecnologias da informação na educação, desenvolvimento e análise de material didático, ensino de geografia, alfabetização geográfica, currículo, formação de professores, trabalho de campo e ensino, agenda 21 escolar, percepção ambiental, identidade humana e pertencimento, gestão territorial/ambiental, políticas públicas em EA, relação Estado-empresa.

As temáticas apresentadas abordam a educação ambiental em: unidades de conservação (e sua relação com a espeleologia, com manguezais, parques, ecoturismo); áreas para o ecoturismo (excetuando-se as Unidades de Conservação); o urbano; galpões de reciclagem e unidades de triagem de materiais recicláveis; sedes de movimentos sociais; empresas privadas; e escola. Esta última é destacada em alguns textos como o lócus privilegiado da educação ambiental, com o maior número análises dentro das pesquisas.

Geografia e educação ambiental: o espaço geográfico a partir da educação ambiental

A partir das temáticas e dos espaços das pesquisas é possível encontrar um referencial teórico-metodológico em conjunto, seja ele a partir da Geografia e da Educação, da Geografia e do ensino ou da educação ambiental e da Geografia. Vale destacar que há trabalhos que não conseguimos vislumbrar tais conexões. Contudo, há de se declarar que concordamos que “é próprio de toda forma de representação ver e pensar de diferentes modos” (MOREIRA, 2008), porém não queremos salientar um pluralismo indiferenciado.

Como dito anteriormente, cremos que a Geografia pode ter relação com a educação ambiental, não só porque essa ação se propõe interdisciplinar. Além disso, também queremos pensar se há a preocupação de produzir a partir de um saber-fazer geográfico um conhecimento para a educação ambiental? É possível, a partir da educação ambiental, compreender diferentes abordagens, produções, configurações do/sobre o espaço geográfico? Para responder esta questão geral, outras indagações foram surgindo e permitiram o alinhar dessa pesquisa: Quais são as leituras empreendidas a partir da Geografia para a educação ambiental? Nessa perspectiva, quer-se

determinar quais trabalhos visam, mesmo de forma inicial, a valorização da metáfora espacial.

Para isso, retomemos Rodrigues (1998, p. 187) ao indicar que

(...) que a questão ambiental traz à tona (com outra dimensão) o espaço geográfico e mostra a importância da Geografia. Retoma-se um dos aspectos da metáfora espacial (o natural) que ficou obscurecida no período moderno pela metáfora temporal. Evidencia-se que, em qualquer escala, em qualquer dimensão da problemática ambiental, a categoria espaço é indispensável de ser analisada.

Dentro dos trabalhos desenvolvidos na perspectiva recursiva e dialógica entre educação ambiental e Geografia, há a valorização da metáfora espacial? Consideramos que a relação entre educação ambiental e o espaço ainda é difusa. Foi possível encontrarmos tentativas de aproximações destas temáticas. A prática mais presente foi o uso de referências geográficas para complementar ou basear os debates, inclusive dentro da educação ambiental. O debate geográfico que incorpora claramente uma possível lógica espacial é vago e diminuto, porém, isso não impede que se trabalhe com alguns conceitos operacionais deste espaço. Para o debate sobre o espaço, podemos encontrar, *a priori*, as seguintes possibilidades:

- **Educação ambiental produz diferentes relações com o espaço através da produção da transformação (social)** - Nessa concepção a reflexão sobre EA e espaço é dada na sua relação com a transformação da realidade/compreensão do mundo normalmente através da mudança comportamental – hábitos, atitudes e valores, um “doutrinação do corpo”, com a reflexão sobre o problema diminuta. Essas mudanças corpóreas de ações gerariam, no ambiente, ações mitigadoras dos problemas.

A materialização dessa relação educação ambiental-espaço também se evidencia na presença de objetos técnicos em “desarmonia” com aquele ambiente, gerando, para os autores, paisagens urbanas, cidades sustentáveis, etc. Não há citação direta dessa relação, podemos apenas inferir. Essa visão de mundo tem uma relação mais linear entre problema - solução, filiando-se àquela visão que crê que há sim uma crise ecológica, em detrimento da crise da razão apregoada por Leff (2001, 2008). O problema nessa perspectiva está em encarar técnica (atrelada à razão) enquanto solução para essa crise ecológica, pouco existindo de problematização nos textos. Vale lembrar que, por sermos sujeitos sociais, inevitavelmente produzimos técnicas. O debate está na apropriação desta técnica enquanto medida final.

- **Espaço (receptáculo) da educação ambiental** - Mesmo que de forma não homogênea, pensa a relação espacial por meio da existência de um lócus de ação para a educação ambiental. Minimiza a discussão do lugar enquanto ponto no espaço capaz de materializar educação

ambiental, atribuindo assim papel à localização e à distribuição. Não se nega a importância do lugar (enquanto atrelado ao debate identitário para o sujeito) para a educação ambiental. O que se reflete aqui é a confusão conceitual, com certa verticalização da relação. Um bom exemplo são os trabalhos que abordam a existência da educação ambiental em Unidades de Conservação, a partir da exigência legal dessa prática. Enfim, essa abordagem evidencia o espaço enquanto palco de ações, receptáculo.

- **Educação ambiental e a relação espacial através dos conceitos operacionais da Geografia** - Nessas pesquisas o espaço é valorizado a partir da utilização de alguns destes conceitos. É constante a presença reflexiva acerca da compreensão de natureza e ambiente a partir da educação ambiental, salientando que as compreensões de EA estão intimamente ligadas àquelas de ambiente e natureza. Há diversidade nas abordagens, tanto daquelas que percebem a natureza enquanto recurso, até mesmo aquelas que reivindicam ao sensível sua leitura.

Lugar, identidade e território são conceitos utilizados com grande contribuição para a educação ambiental. Possibilitam a inserção de temas relevantes e que fazem avançar a educação ambiental. Inserem conflitos e tensões nas suas propostas, questionam posturas estabelecidas, avançando tanto na construção teórica para a educação ambiental como para a Geografia. Nesses trabalhos, vislumbram-se efetivas articulações entre educação ambiental e a Geografia. Há de se destacar, que apesar de diminuta em relação ao montante analisado, alguns autores tentam delinear algumas relações entre educação ambiental, espaço e geografia.

Há aquelas pesquisas que permitem uma reflexão, mesmo que inicial de uma possível relação/preocupação com o espaço. Bacci e Pataca (2008) evidenciam preocupação de tratar a questão da água a partir das dimensões espaço-temporal, de forma interdisciplinar, tendo a bacia hidrográfica como foco. Já, Zolcsak (2002), ao abordar a relação Estado-empresa com educação ambiental afirma que estas reforçam a alienação ambiental através de representações e práticas técnico- materiais. A desalienação e participação no espaço viria com a educação ambiental. Silva (2001), por sua vez, vê que a construção da consciência ambiental está intrinsecamente ligada à compreensão afetiva do espaço geográfico, vivenciado pelo indivíduo no seu cotidiano. Sobarzo (2008) pensa que a educação ambiental não se define por nenhum espaço/tempo específico. Rosado (2009) dialoga com as práticas sociais nos galpões de reciclagem e percebe que as novas leituras dos territórios da cidade serão entendidas através da educação ambiental - uma interlocutora intervindo sobre os problemas e conflitos ambientais, orientada por sensibilidades solidárias com o território, na formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões sócio-ambientais – tendo como horizonte a luta por justiça ambiental. Seria, para ela, o

espaço valorizado por atributos sociais.

A contribuição da Geografia na educação ambiental é descrita por alguns autores. Alves (2008) entende que compete à Geografia instrumentalizar os educandos para construção do conhecimento complexo, visto que meio ambiente e suas implicações para a vida dos seres humanos nesse planeta são objetos de estudo da EA. Rodrigues (2007) dialoga ao perceber que a Geografia tem a contribuir nos projetos de educação ambiental, pois possibilita a construção de mecanismos interpretativos. Aigner (2002) pretende em seu texto o debate sobre a educação ambiental com construção teórica a partir da relação ensino de Geografia e as práticas de EA, compreendendo que a alfabetização em Geografia permite a decodificação de marcas das ações do homem sobre o ambiente. Lindau (2009), discutindo a impossibilidade de prática única em educação ambiental, vê que a relação Geografia–Educação ambiental só se completa com o híbrido metodológico.

Considerações finais

As leituras bibliográficas empreendidas indicam que a questão ambiental traz a tona (com outra dimensão) o espaço geográfico e mostra a importância da Geografia, retomando-se assim um dos aspectos da metáfora espacial que ficou obscurecido no período moderno pela metáfora temporal. Assim, compreendemos que, em qualquer escala ou dimensão da problemática ambiental, o espaço é indispensável na análise.

A partir das temáticas e dos espaços das pesquisas foi possível encontrar um referencial teórico-metodológico em conjunto. Consideramos que a relação entre educação ambiental e o espaço ainda é difusa, porém foi possível encontrarmos tentativas de aproximações destas temáticas. A prática mais presente foi o uso de referências geográficas para complementar ou basear os debates, inclusive dentro da educação ambiental.

O debate geográfico que incorpora uma possível lógica espacial é vago e diminuto, porém, isso não impede que se trabalhe com alguns conceitos operacionais do espaço. Para o debate sobre o espaço, podemos encontrar, *a priori*, as seguintes possibilidades: educação ambiental gera diferentes relações com o espaço através da produção da transformação (social); Espaço (receptáculo) da educação ambiental; e Educação ambiental e a relação espacial através dos conceitos operacionais da Geografia. Além disso, foi possível verificar, nas teses, dissertações e artigos analisados, um ganho teórico, já que superam duas perspectivas ao creditarem a educação ambiental enquanto política: a de um caráter político para além do partidarismo; a do caráter político para além da responsabilização do

indivíduo, do privado.

Percebemos que a Geografia, nos seus mais diversos aspectos, tem um grande contributo para a análise da questão ambiental. Porém, especificamente na sua relação com a educação ambiental, há certas lacunas que precisam ainda ser preenchidas. Consideramos, portanto, que a dificuldade não está em analisar o ambiental dentro da educação, está sim, em tomar a educação ambiental como referência para pensar em geografia.

Referências bibliográficas

AIGNER, C. H. O. **Alfabetização em geografia e educação ambiental: construindo a cidadania em escolas voltadas à educação popular**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 207p.dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BACCI, D. ; PATACCA, E. M. Educação para a água. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n.63, p. 211-226, 2008.

BIONDO, E. C. **Ambiente e geografia**: um estudo da relação entre espaço geográfico e educação ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 142 p. dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. São Paulo, Cortez, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2008.

LINDAU, H. G. L. **Geografia e educação ambiental na construção do híbrido metodológico**. Porto Alegre : UFRGS, 2009. 252 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, E. Enfoque lingüístico/ discursivo: o discurso da educação ambiental. In: TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos. São Paulo: Gaia, 1996, p. 37-47.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. O Estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 33-66, 2007.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço** - Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, G. S.S. C. **Educação Ambiental e hipermídia**: a construção de um material didático para o Parque Municipal Víctorio Siquierolli, Uberlândia, MG. Uberlândia : UFU, 2007. 171p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ROSADO, R. M. **Na esteira do galpão**: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS. Porto Alegre : UFRGS, 2009. 333p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, J. A. **Recursos de Apoio Didático-Pedagógico na Educação Ambiental**. Presidente Prudente: Unesp, 2001. 253p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2001.

SOBARZO, L. **Resíduos sólidos**: Do conhecimento científico ao saber curricular - a releitura do tema em livros didáticos de Geografia. Presidente Prudente: Unesp, 2008. 284p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A. Rumos e rumores da pósgraduação e da pesquisa em geografia no Brasil. In: **Revista da Anpege**. Vol. 3 , 2007. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/revista/ojs->

2.2.2/index.php/anpege08/article/view/90/50> . Acesso em: 21 out. 2011.

_____. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. In: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, n. 16, p. 38-45, 2005.

ZOLCSAK, E. **Difusão de conhecimentos sobre o meio ambiente na indústria**. São Paulo: USP, 2002. 149 p. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia humana, São Paulo, 2002.